



Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP
Universidade de Brasília – UnB

LUCIANO MUNIZ OLIVEIRA

**LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE
CASO NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR – ANS**

Brasília – DF

2015

LUCIANO MUNIZ OLIVEIRA

**LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE
CASO NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR – ANS**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

COMISSÃO EXAMINADORA

Ma. Vanessa Cabral Gomes
Professor-orientador

Me. Ricardo Vasconcelos Borges Soveral Torres
Professor-examinador

Esp. Luiz Medeiros de Araujo Neto
Professor-examinador

Brasília, 3 de dezembro de 2015

RESUMO

Cada vez mais, a questão ambiental tem sido foco em discussões locais e internacionais e sua abordagem vem sendo desenvolvida, não somente no aspecto tecnológico, mas, sobretudo no pilar normativo. As licitações sustentáveis surgem com o propósito de uma participação ativa do Poder Público na indução, no mercado privado, de padrões de produção e consumo sustentáveis. Tal proposta permeia, ainda, os processos internos das empresas e reflete no meio social e ambiental. Assim, a pesquisa tem o objetivo de realizar um diagnóstico acerca da aplicação das licitações sustentáveis na Agência Nacional de Saúde Suplementar com vistas a mensurar, de forma factível, o engajamento do Estado nesse instrumento inovador. Para tanto, aplicou-se um questionário eletrônico aos servidores da Entidade cujos trabalhos são afetos ao tema, e também se realizou uma análise dos editais dos últimos dois anos, a fim de identificar o uso de critérios sustentáveis. Como resultados, se observou uma crescente aplicabilidade das licitações sustentáveis na ANS, entretanto se destacaram obstáculos a ser superados: deficiência na difusão de informações e comunicação entre os servidores, ausência de treinamento específico e restrição legal quando da análise do objeto e escolha de critérios sustentáveis.

Palavras-chave: administração pública, licitação, compras públicas sustentáveis

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – As três dimensões da sustentabilidade.....	14
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Unidade de lotação dos participantes	29
GRÁFICO 2 – Funções mais frequentes dos participantes	30
GRÁFICO 3 – Grau de escolaridade dos participantes	30
GRÁFICO 4 – Participação em treinamento sobre licitações sustentáveis	31
GRÁFICO 5 – Modalidades de licitação utilizadas pela ANS	32
GRÁFICO 6 – Prioridades para empresas licitantes	33
GRÁFICO 7 – Bens e serviços mais licitados na ANS	34
GRÁFICO 8 – Utilização critérios sustentáveis para cada objeto licitado	35
GRÁFICO 9 – Características relevantes de bens sustentáveis	36
GRÁFICO 10 – Considerações de inclusão da Licitação Sustentável na ANS	38
GRÁFICO 11 – Maiores dificuldades para implementar Licitação Sustentável	38

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 – Modalidades de licitação	16
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAD – Coordenadoria de Administração Descentralizada
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
EPP – Empresa de Pequeno Porte
GECOL – Gerência de Contratos e Licitações
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN – Instrução Normativa
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ME – Microempresa
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBR – Normas Brasileiras
PIB – Produto Interno Bruto
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCU – Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TR – Termo de Referência
OIT – Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Formulação do problema de pesquisa	10
1.2	Objetivo geral	11
1.3	Objetivos específicos	11
1.4	Justificativa	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	A sustentabilidade socioambiental	12
2.2	A licitação e suas funções	15
2.3	Licitações públicas sustentáveis	17
2.4	Crerios de sustentabilidade e suas dificuldades de utilização	18
2.5	Licitações sustentáveis: fatores de sucesso	21
2.6	Iniciativas sustentáveis na ANS	23
3	MÉTODODO DE PESQUISA	26
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	26
3.2	Descrição geral do objeto ou fenômeno de pesquisa	27
3.3	Participantes do estudo	27
3.4	Procedimento de coleta dos dados	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1	Perfil dos participantes	29
4.2	O processo licitatório na ANS	32
4.3	Utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios	35
4.4	Possibilidade de implantação	37
4.5	Dificuldades de implantação	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

1 INTRODUÇÃO

Um tema cada vez mais discutido por todo o mundo é a sustentabilidade. É uma questão importante, haja vista o dever de suprir as necessidades humanas sem prejudicar o futuro das próximas gerações.

No modelo produtivo contemporâneo, as pressões sobre o meio ambiente aumentaram, tanto pela busca por novas fontes de recursos, quanto pela degradação ambiental, resultando na destinação incorreta dos resíduos na natureza e também pela sua utilização de forma irresponsável (BIDERMAN *et al.*, 2012).

Frente a este cenário, representantes de grandes nações se voltam para a necessidade de uma mudança nos padrões de consumo. Parte da sociedade começa, então, a exigir das empresas entrega de bens que sejam ambientalmente corretos, fazendo com que elas alterem seu modelo produtivo tradicional para um modo de produção mais limpa.

E o Estado também tem sua responsabilidade nesse processo. Biderman *et al.* (2012) afirmam que o poder de compra da administração pública brasileira é cerca de 10% do PIB do país. Segundo eles, as licitações públicas devem ser utilizadas como incentivadoras e indutoras do mercado privado, para que as empresas licitantes adotem mecanismos e tecnologias em busca do consumo sustentável, para que não sejam afastadas do mercado de compras públicas.

Neste contexto, a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem a competência institucional de regular o campo da saúde suplementar no Brasil, enfocando a regulação da atividade econômica das operadoras de planos de saúde. A sua sede está instalada na cidade do Rio de Janeiro/RJ e conta também com 12 núcleos de fiscalização, que se encontram em: Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Ribeirão Preto/SP, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP.

No que tange as licitações públicas, conforme o Regimento Interno¹ da Agência, a Gerência de Contratos e Licitações (GECOL) é o departamento responsável pela condução das licitações, com vistas a prover a contratação para

¹ Resolução Normativa ANS/MS nº 197, de 16 de julho de 2009.

aquisição dos bens, obras e serviços necessários ao seu funcionamento. Aos núcleos, no âmbito de suas circunscrições territoriais, competem as atribuições das atividades administrativas e finalísticas da Entidade. E as Coordenadorias de Administração Descentralizadas (CAD) são unidades de apoio administrativo dos respectivos Núcleos.

Diante desse cenário atual de transformação, este estudo visa realizar um diagnóstico nas aquisições efetuadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar no sentido de verificar o seu engajamento acerca da aplicação das licitações públicas sustentáveis em suas contratações.

1.1 Formulação do problema de pesquisa

O poder de compra das autoridades brasileiras é capaz de criar um ciclo de eficiência que atenda a demanda por produtos e serviços necessários ao funcionamento da Administração Pública e que, conjuntamente, respeite o meio ambiente, levando à prestação de serviços públicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país (BIDERMAN *et al.*, 2012).

Para conseguir essa eficiência, o administrador público deve considerar outros valores, além do preço, ao mensurar a despesa para adquirir produtos ou contratar um serviço, às vezes não tão explícitos a princípio, tal como a sustentabilidade ambiental (GARCIA; RIBEIRO, 2012).

Considerando que a proteção ao meio ambiente é diretriz com sede constitucional², prevista inclusive como dever da União³ e de todos aqueles que exercem atividade econômica⁴, deve ser cada vez mais constante e consistente o esforço, por parte da Administração Pública, de assegurar a prevalência de tal princípio em todos os ramos e momentos de sua atuação.

Nesse contexto, Garcia e Ribeiro (2012) afirmam que uma das oportunidades mais significativas para a implementação de medidas de defesa ao meio ambiente é justamente através das licitações e contratações públicas.

² Artigo 225 da CF/88.

³ Artigo 23, inciso VI, da CF/88.

⁴ Artigo 170, inciso VI, da CF/88.

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração⁵.

Assim, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, no âmbito de uma entidade federal pertencente à Administração Pública, ao exigir que a empresa que pretende com ela contratar cumpra parâmetros mínimos de sustentabilidade ambiental na fabricação ou comercialização de seus produtos ou na prestação de seus serviços, estará contribuindo de forma decisiva na consecução de seu dever constitucional.

A questão que se apresenta então é a seguinte: De que forma a Agência Nacional de Saúde Suplementar aplica a sustentabilidade ambiental em seus procedimentos licitatórios?

1.2 Objetivo geral

Analisar como a Agência Nacional de Saúde Suplementar está praticando a sustentabilidade ambiental em suas licitações.

1.3 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são: (i) verificar a utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios da ANS nos últimos dois anos; (ii) verificar qual a possibilidade de implantação das licitações sustentáveis na Autarquia; e (iii) identificar as dificuldades para realizar licitações sustentáveis nessa Instituição.

⁵ Artigo 3º da Lei n. 8.666/93, na redação dada pela Lei n. 12.349/2010.

1.4 Justificativa

A relevância do estudo justifica-se pelo fato de permitir aos administradores públicos conhecer a importância e a aplicabilidade dos critérios sustentáveis em seus certames, refletindo no fortalecimento do desenvolvimento sustentável no país.

Contribui também para que os administradores da ANS entendam que é possível utilizar critérios de sustentabilidade em suas licitações sem ferir a isonomia entre os licitantes.

Assim sendo, esta pesquisa objetiva demonstrar a importância das licitações sustentáveis na Administração Pública, em especial na Agência Nacional de Saúde Suplementar, por meio das quais o administrador público poderá atender às demandas advindas de bens e serviços, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável do país, posto que “um país que induz ao crescimento econômico em detrimento do ambiental e social, cresce, mas não se desenvolve” (FURTADO, 2004).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A sustentabilidade socioambiental

O crescimento econômico e o progresso da sociedade trazem consigo desafios ainda não totalmente superados, tais como a utilização intensiva dos recursos naturais, a produção de lixo, além da degradação de recursos não renováveis tão essenciais à sobrevivência humana.

Esses problemas, cada vez mais frequentes, somente poderão ser resolvidos eficazmente com uma mudança de comportamento da sociedade como um todo. Porquanto, em tempos de adversidade, em meio a tantos desafios e pressões sobre o meio ambiente, é que se constroi, no meio social, uma consciência de preservação ambiental e melhoria do desenvolvimento sustentável.

O Estado também é ator determinante nessa transformação, já que foi criado para promover o bem comum da sociedade, garantir aos cidadãos acesso aos direitos constitucionais, bem como proteger o interesse público em detrimento aos interesses privados. Ao intervir na área privada, de forma ativa como indutor

econômico, no sentido de proteger o meio ambiente e promover a sustentabilidade, o Estado se dispõe a garantir o futuro da sociedade, com qualidade de vida, nas diversas áreas econômicas, sociais e ambientais (TAVARES, 2013).

Por outro lado, segundo Afonso (2006), para que se haja desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade deve ocorrer em todos os setores, em especial no meio ambiente, pois este é composto de recursos essenciais à sobrevivência humana. Para o autor, a sustentabilidade não é alcançada de forma instantânea, mas construída de forma gradual com a mudança de hábitos e a colaboração de toda a sociedade.

A autora afirma que a redução nos níveis de poluição do ar, por exemplo, exige alterações profundas em diversos setores, dentre eles o setor produtivo, as políticas de transporte, as estratégias de planejamento urbano, os hábitos dos cidadãos, e ainda requer incentivo ao desenvolvimento das ciências e tecnologias do país e incentivar a inovação, pois somente assim é possível transformar o padrão tecnológico de produção.

É oportuno destacar que, no tratamento expandido da inovação inserida no processo produtivo, incluindo as inovações organizacionais, Barbieri *et al.* (2010) afirmam que é possível que a empresa adote uma entre várias abordagens, posto que

não basta apenas inovar constantemente, mas inovar considerando as **três dimensões da sustentabilidade**, a saber:

- **dimensão social** – preocupação com os impactos sociais das inovações nas comunidades humanas dentro e fora da organização (desemprego; exclusão social; pobreza; diversidade organizacional etc.);
- **dimensão ambiental** – preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes;
- **dimensão econômica** – preocupação com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuariam. Para as empresas essa dimensão significa obtenção de lucro e geração de vantagens competitivas nos mercados onde atuam.

O atendimento a essas dimensões torna o processo de inovação mais sofisticado e exigente, o que requer da organização um maior esforço para atender tecnicamente esse requisito. Isso leva novas perspectivas para a gestão da inovação (BARBIERI *et al.*, 2010).



FIGURA 1 – As três dimensões da sustentabilidade.⁶

Não raramente, confunde-se equivocadamente desenvolvimento com crescimento econômico. Esse último tende a ser insustentável, pois depende do consumo crescente de energia e recursos naturais, levando ao seu esgotamento. O que é contraditório, uma vez que, desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, mas também o próprio crescimento econômico.

A conceituação de desenvolvimento encontra-se em Furtado (2004):

O crescimento econômico, tal qual conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já que o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a maioria da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Desse modo, desenvolvimento e crescimento, segundo Veiga (2008), são ambos processos humanos com potencial de mudança do meio físico e cultural, mas o crescimento traz mudança quantitativa, enquanto que o desenvolvimento, qualitativa.

Nesse sentido, Barbieri *et al.* (2010) afirmam que, para se alcançar o desenvolvimento econômico, é imprescindível um esforço orquestrado, em que os governos de todas as nações desempenham um papel importante, como indutores

⁶ Fonte: <http://extapps.mz-ir.com/rao/wilsonsons/2011/interna.asp?i=0&pag=11&secao=1>

de transformações para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento, que respeite os limites dos recursos naturais disponíveis.

2.2 A licitação e suas funções

É por meio do processo licitatório que a Administração Pública seleciona e contrata empresas privadas de forma isonômica, atendendo suas necessidades, sem discriminação entre os participantes, analisando apenas as propostas apresentadas.

Segundo Alexandrino e Paulo (2015),

licitação é um procedimento administrativo, de observância obrigatória pela administração pública, no qual, observada a igualdade entre os participantes, deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelos interessados em estabelecer determinadas relações de conteúdo patrimonial com essa administração pública, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações a que eles se propõem.

Além disso, se trata de um procedimento administrativo, de observância obrigatória pela administração pública, no qual, observada a igualdade entre os participantes, deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelos interessados em estabelecer determinadas relações de conteúdo patrimonial com essa administração pública, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações a que eles se propõem.

A oportunidade para participar de uma licitação é aberta para qualquer pessoa que tenha condições de assegurar o cumprimento do contrato a ser celebrado com a Administração Pública. Os principais interessados são proprietários de empresas que, a partir da publicação do aviso de licitação, apresentam sua proposta e passam por diversas etapas, até chegarem a um vencedor, que lhe dá o direito de ser contratado para prestar serviços ao setor público.

As licitações se classificam em diferentes modalidades, conforme apresenta Bittencourt (2012), quais sejam: concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão e pregão, conforme apresentado a seguir.

MODALIDADE	DEFINIÇÃO
Concorrência	É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
Tomada de preços	É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
Convite	É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
Concurso	É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias.
Leilão	É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
Pregão	É a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de proposta e lances em sessão pública.

QUADRO 1 – Modalidades de licitação.

Segundo Alexandrino e Paulo (2015), depois da publicação do aviso de licitação, fase abertura, segue para a habilitação, classificação, homologação e adjudicação, fase na qual que se atribui ao vencedor do certame o objeto da licitação.

Não obstante a finalidade última da Administração seja adquirir produtos e serviços, os objetivos da licitação são: (i) propiciar tratamento igualitário e impessoal a todos os interessados em celebrar contratos com a administração pública; (ii) selecionar a proposta mais vantajosa; e **(iii) promover o desenvolvimento nacional sustentável** (BITTENCOURT, 2012).

Em razão do terceiro objetivo, entraram em cena as licitações públicas sustentáveis, que exigiu das contratadas a inclusão de critérios que envolvam ações de sustentabilidade e preservação do meio ambiente no processo licitatório.

Espera-se que, com essa alteração, a Administração Pública possa conscientizar os administradores públicos para o problema da sustentabilidade

socioambiental e venha trazer benefícios à sociedade, promovendo responsabilidade ambiental nas aquisições públicas.

2.3 Licitações públicas sustentáveis

Nas licitações públicas sustentáveis, a administração objetiva obter, além da proposta mais vantajosa, onde se encontra o melhor preço, alcançar também a sustentabilidade socioambiental.

De acordo com o Biderman *et al.* (2012), as licitações públicas sustentáveis são utilizadas como política pública de integração da questão ambiental e social inserido no processo de aquisição pública, com vistas a preservar o meio ambiente, reduzir os riscos à saúde e garantir direitos humanos, pois permite atender as necessidades específicas da administração por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e para a sociedade.

A partir da publicação da Lei n. 12.349, de 2010, a qual promoveu alterações na Lei das Licitações e Contratos – Lei n. 8.666, de 1993 – é que a licitação pública sustentável se inseriu no ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 1º A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração **e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)

Nesse sentido, assim como ocorre em muitos países desenvolvidos, o edital de licitação se transforma numa ferramenta significativa e poderosa de estímulo do desenvolvimento sustentável na administração pública, com consequência direta na iniciativa privada, sendo que as empresas terão que se adequar às exigências impostas pelas licitações sustentáveis para que possam permanecer no cenário das compras públicas (BIDERMAN *et al.*, 2012).

Devido ao seu considerável poder de compra, o Estado se destaca como um importante indutor do mercado ao exigir, em suas licitações, critérios sustentáveis

que promovam benefícios socioambientais. Para atender a essas novas exigências, o mercado se transforma alterando os seus processos, promovendo inovação tecnológica, o que possibilita a entrega de produtos menos agressivos ao meio ambiente e socialmente mais responsáveis.

Ao decidir pelas licitações públicas sustentáveis, o Estado está trazendo diversos benefícios, para ele próprio, para o mercado, para a sociedade e também para planeta, conforme destacam Lopes e Oliveira (2012) a seguir.

Economia financeira, ao proporcionar o baixo custo de energia, água, e outros recursos de alternativas sustentáveis, trazendo economias significativas no longo prazo.

Promoção da inovação, ao induzir os mercados a mudarem mais rapidamente para tecnologias mais limpas, estimulando a competitividade entre os fornecedores e reduzindo o custo/preço pela consequente economia de escala.

Maior acesso a mercados, ao promover as pequenas e médias empresas, e consequentemente a diversidade de fornecedores.

Respeito aos direitos sociais, ao estimular o cumprimento das disposições da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que proíbem o trabalho forçado, escravo e infantil.

Liderança e legitimidade pelo exemplo, pois governos que praticam licitações públicas sustentáveis demonstram publicamente que estão agindo em favor da sustentabilidade, encorajando pelo exemplo o aumento da consciência do consumidor e a mudança de comportamento da sociedade.

2.4 Critérios de sustentabilidade e suas dificuldades de utilização

Antes de realizar uma licitação e elaborar um termo de referência, deve-se avaliar se a aquisição é realmente indispensável e, também, promover um levantamento que determine o quantitativo que satisfaça a demanda a administração sem excessos.

Posteriormente, deve-se incluir no termo de referência especificação do produto, serviço ou obra que serão adquiridos que priorize aqueles que possuam ciclo de vida menos prejudicial à natureza e à sociedade, chamados critérios de sustentabilidade ambiental.

Santos e Barki (2013) observam quais desses critérios são passíveis de serem inseridos nos editais de licitação de projetos e obras públicas e aponta que, para uma obra ser sustentável ela deve atender as condições ambientais em todo seu ciclo de vida: desde a elaboração do projeto até sua construção. Os principais critérios são:

- Maior eficiência energética;
- Satisfatório uso do solo;
- Menor geração de resíduos da construção civil;
- Otimização no uso da água;
- Destinação adequada dos resíduos;
- Atendimento às normas de conforto térmico e acústico; e
- Utilização de tecnologias e metodologias ambientalmente corretas.

Para alcançar uma **maior eficiência energética**, por exemplo, Araújo (2014) lista os seguintes exemplos:

- Substituir aparelhos de ar condicionado com mais de dez anos de uso por novos que possuam baixo consumo de energia;
- Substituir as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou LED;
- Instalar sensores de presença para acendimento automático de lâmpada;
- Avaliar o sistema de iluminação existente para verificar a possibilidade de realizar adaptações simples na disposição de móveis e estações de trabalho de modo a otimizar o aproveitamento da luz natural;
- Promover campanhas de sensibilização dos funcionários para que eles desliguem aparelhos e lâmpadas quando não estiverem trabalhando.

Quanto à **destinação adequada de resíduos**, esta é condição a ser atendida independente do estágio em que esteja uma edificação, pois é uma obrigação legal estabelecida pela Lei n. 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para a **otimização no uso da água**, algumas iniciativas são (ARAÚJO, 2014):

- Instalar torneiras que possuem um volume fixo por acionamento;
- Monitorar a rede para identificar a presença de vazamentos;
- Realizar campanhas de sensibilização, incentivando os funcionários a economizarem água;

- Rever os processos de limpeza utilizados e a possibilidade de propor mudanças sem prejudicar as condições sanitárias do local de trabalho.

Ainda nesse sentido, o Guia de Compras Públicas Sustentáveis para a Administração Federal (SANTOS *et al.*, 2010), disponível para utilização por qualquer entidade pública, aponta ações simples, de baixo impacto econômico, mas que possuem benefícios importantes para o meio ambiente e a sociedade.

Uma das soluções apresentadas é a priorização da matéria-prima e mão de obra locais, incentivando o desenvolvimento regional e diminuindo a emissão de gases de efeito estufa, devido ao menor deslocamento entre o produtor e o consumidor. Outras exigências que merecem destaque são a da elaboração e cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a priorização do uso de materiais recicláveis.

Por outro lado, a Administração Pública vem encontrando dificuldades para implantar as licitações públicas sustentáveis. Segundo Araújo (2014), as principais delas são:

- Definir quais critérios ambientais são relevantes na seleção de produtos e serviços para os quais ainda não há estudo suficiente dos impactos ambientais ou análises do ciclo de vida; e
- Definir qual é mais relevante, nos casos em que há mais de uma possibilidade existente.

A utilização da análise do ciclo de vida, que consiste na avaliação de todos os impactos ambientais e sociais gerados ao longo de toda cadeia produtiva, desde a fabricação até a disposição final dos produtos, é apontada como uma solução por Biderman *et al.* (2012).

No entanto, por requerer um conhecimento multidisciplinar e um detalhamento profundo, é um procedimento demorado, que necessita de um amadurecimento e um incentivo maior para ser estabelecido. De acordo com Biderman *et al.* (2012), na maioria das experiências internacionais o sucesso tem sido obtido com a aplicação de instrumentos de inicialização mais simples, como a inserção de critérios de sustentabilidade na definição do produto.

A **inclusão de itens no modelo básico de edital**, contrato ou termo e referência para garantir que todos possuam um critério sustentável. Além disso,

essa medida visa preparar todos os servidores, mesmo os mais resistentes, a conhecerem e incorporarem o aspecto ambiental em suas contratações.

Nesse sentido, a Declaração de Joanesburgo (2002) afirma que a administração deve reconhecer que o desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva de longo prazo e que é preciso modificar os padrões de consumo insustentáveis. Ressalta também a importância da **capacitação** das pessoas acerca da sustentabilidade ambiental para que essas alterações sejam devidamente implementadas.

2.5 Licitações sustentáveis: fatores de sucesso

Como qualquer processo de mudança é um desafio, é preciso estratégia para se conseguir alcançar resultados positivos. Apesar de todos os esforços, a Administração Pública tem encontrado dificuldades em aplicar na prática as licitações públicas sustentáveis. Uma grande barreira encontrada é a carência de conhecimentos por parte das pessoas encarregadas de realizar as compras em órgãos e entidades públicas (HEGENBERG; MUNIZ, 2012).

Há poucos anos a Administração Pública não tinha uma visão acertada do prejuízo ao meio ambiente causado pelas licitações públicas, tendo uma preocupação restrita em atender sua demanda por produtos e serviços, dispondo de limitadas horas de capacitação para os agentes responsáveis pelas compras.

Conquanto, Biderman *et al.* (2012) apontam que as deficiências de treinamento e a assimetria de informações em relação às atividades desenvolvidas e o processo de trabalho devem estar claros para que as licitações sustentáveis sejam eficazes. A capacitação dos colaboradores, em particular aqueles da área de contratação, torna-se substancial para que as licitações públicas sustentáveis gerem resultados notáveis.

Dessa forma, são exatamente as pessoas, eficientemente treinadas, que terão segurança em escolher e utilizar acertadamente os critérios ambientais adequados em seus certames a fim de obter um produto ou serviço que, não somente atenda a demanda da administração, mas também respeite o meio ambiente.

É oportuno destacar que, por falta de conhecimento, o administrador público, por vezes, encontra dificuldades de implantar um programa de licitações sustentáveis, por acreditar que licitação sustentável eleva o preço dos produtos e que seus benefícios não justifiquem o tempo e os esforços exigidos.

Entretanto, se o programa for desenvolvido adequadamente, como uma estratégia que envolve inovações nas compras, certamente não haverá custos adicionais. Com efeito, o administrador deve considerar os custos de poluição, desmatamento, entre outros envolvidos durante o ciclo de vida do produto e não apenas aquele com o menor preço. Com o ciclo de vida aplicado à contabilidade de custos, rapidamente verifica-se que em muitos casos o produto mais adequado, sob o ponto de vista ambiental, é realmente mais econômico no longo prazo do que aquele que apresentou o menor preço, mesmo quando os custos iniciais são mais elevados (BIDERMAN *et al.*, 2012).

Ademais, para que haja resultados positivos nas licitações sustentáveis, Bim (2011) orienta que o administrador público justifique a decisão pelos critérios ambientais utilizados, motivando suas decisões, com fundamento na Constituição e legislação pertinente, além de exigências de normas e regulamentações, conforme o caso. Ou seja, o responsável pela realização do processo deve fazer com que esses elementos estejam sempre engajados no procedimento licitatório, justificando cada critério de sustentabilidade exigido de forma harmoniosa, para a obtenção e finalização do certame de forma eficaz e sem óbices jurídicos.

E ainda, ao decidir pela contratação sustentável, o gestor deve especificar o objeto levando em consideração os requisitos de sustentabilidade assim como aqueles referentes à eficiência e durabilidade do produto. Por conseguinte, o edital deve ser claro e completo, uma vez que, é por meio dele que a Administração Pública demonstra o seu modo de atuação mais significativo.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2010) afirmam que o agente público, ao incluir em seus editais critérios de sustentabilidade socioambiental, impacta de forma singular o mercado, visto que o Estado, passando a comprar produtos sustentáveis, atua não só como um consumidor comum que faz compras, como também sinaliza para o mercado que a sua prática de comprar mudou – de produtos tradicionais para produtos menos agressivos ao meio ambiente, ou produtos que levam em consideração os direitos humanos e sociais.

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento das licitações sustentáveis é a sustentação política da alta direção da entidade. Segundo Biderman *et al.* (2012), esse apoio é fundamental para o sucesso da implantação de um programa de licitação sustentável, pois sem ele é provável que ocorram descontinuidades administrativas durante o percurso e apenas dos indivíduos mais engajados participem do processo.

Além disso, é oportuno destacar a importância da parceria entre o departamento de licitação e o ambiental. Para Biderman *et al.* (2012), o órgão ambiental detém grande parte do conhecimento para inclusão de critérios ambientais em categorias de produtos e serviços, enquanto o órgão de licitação apresenta maior ciência a respeito das práticas de compras, regulamentos e demais critérios.

Desse modo, a solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma mudança atitude dos administradores públicos e empresários, os quais devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta (BARBIERI *et al.*, 2007).

2.6 Iniciativas sustentáveis na ANS

A ANS fez adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, que tem o objetivo de promover a internalização dos princípios de sustentabilidade socioambiental nos órgãos e entidades públicos. A A3P pode ser desenvolvida em todos os níveis da administração pública, na esfera municipal, estadual e federal e em todo o território nacional. O Programa foi criado para ser aplicado na administração pública, mas pode ser usado como modelo de gestão ambiental por outros segmentos da sociedade.

A partir da adesão à A3P, a ANS decidiu desenvolver o próprio Programa Sustentabilidade Ambiental, o TrANSforme-se. Esse programa visa incorporar critérios sustentáveis nas atividades administrativas e operacionais da Agência. O objetivo é que cada servidor e colaborador dê o exemplo, tornando-se um multiplicador de práticas menos agressivas ao meio ambiente e mais justas à

sociedade. As metas são: conseguir equilibrar desenvolvimento econômico, qualidade de vida, ética social e responsabilidade ecológica.

Por meio do TrANSforme-se, a Agência tem desenvolvido vários projetos sobre sustentabilidade.

O projeto **boas práticas de impressão** tem o objetivo de promover o uso adequado e consciente dos recursos internos de impressão. Por meio do projeto a ANS tem realizado uma série de iniciativas para promover o uso adequado e consciente do parque gráfico. Dentre elas, a implementação do sistema de monitoramento de impressão, afixação de adesivos nas impressoras, treinamentos sobre o uso dos equipamentos, dentre outros.

A **redução do uso de copos descartáveis** incentiva aos servidores e colaboradores ao uso sustentável dos copos descartáveis na Agência, por meio de afixação de adesivos dos bebedouros e também a distribuição de canecas produzidas com a fibra de coco.

Com o projeto **circuito tela verde**, a ANS promove regularmente a Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, que reúne vídeos relacionados ao tema da sustentabilidade, disponibilizando horários regulares e um local para exibição, onde os servidores e colaboradores interessados possam assisti-los.

Além desses, ressalta-se o projeto **licitações sustentáveis**. Por meio dele, a ANS divulga e orienta os servidores sobre a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 1/2010 e o Decreto n. 7.746, de 2012, que regulamentam o artigo 3º da Lei 8.666, de 1993, e estabelecem diretrizes de sustentabilidade para as compras públicas.

Conforme se afirma em arquivos do projeto, a sustentabilidade depende das especificações dos Termos de Referência (TR) produzidos pelos servidores, pois esse documento determina as condições das contratações. O texto apresenta exemplos de exigências que podem constar dos TRs para que seja exigida a sustentabilidade do objeto licitado, quais sejam:

- Utilização de materiais sustentáveis, como, por exemplo, atóxicos, recicláveis e biodegradáveis;
- Obrigação de praticar economia dos recursos utilizados, como energia e água;
- Apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, tais como INMETRO e ANVISA;

- Possibilidade de realização de diligências antes da assinatura do contrato para verificar a sustentabilidade do objeto, com critérios objetivos de medição;
- Utilização de processos de trabalho sustentáveis, tais como extração, fabricação, utilização e descarte, podendo indicar a necessidade de reciclar materiais utilizados;
- Acondicionamento em embalagens sustentáveis, de pequeno volume ou reciclável;
- Observação de resoluções de qualidade e sustentabilidade do CONAMA, ABNT, IBAMA entre outras aplicáveis ao objeto.

O projeto Licitações Sustentáveis desenvolveu ainda uma cartilha contendo orientações para servir de suporte aos envolvidos na elaboração de termos de referência sustentáveis. Nesse documento o servidor poderá encontrar informações resumidas de como exigir critérios sustentáveis na especificação do objeto e expõe as exigências legais contidas na IN 1/2010 e na Lei n. 7.746, de 2012. Consta ainda uma observação importante, isto é, para que os critérios de sustentabilidade sejam efetivos, a fiscalização do contrato precisa ser atuante fazendo cumprir o exigido na licitação.

Além dessas iniciativas, a ANS elaborou o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, após a publicação de dois normativos com objetivo de integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho, a saber: Portaria Interministerial n. 244/2012, Projeto Esplanada Sustentável – PES, e a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 10/2012, regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o PLS é uma ferramenta de planejamento que permitem aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

A ANS, desde então, incluiu a sustentabilidade socioambiental em sua Agenda Regulatória (Eixo 7. Governança Regulatória; Projeto 7.6 Promover a gestão socioambiental sustentável).

A elaboração do PLS da ANS segue a metodologia proposta no art. 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 10/2012, contendo os temas propostos em seu art. 8º e acrescentando alguns temas propostos pela comissão, elencados a seguir.

- I – Material de consumo;
 - I.1 – Redução do consumo de papel;
 - I.2 – Copos descartáveis;
 - I.3 – Cartuchos para impressão.
- II – Energia elétrica;
- III – Água e esgoto;
- IV – Coleta seletiva solidária;
- V – Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI – Compras e contratações sustentáveis;
- VII – Deslocamento de pessoal; e
- VIII – TI verde.

Após a publicação do PLS da Agência houve um aprofundamento e consolidação da sustentabilidade socioambiental na gestão, segundo indicadores de monitoramento e avaliação.

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

No que tange aos objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada tem natureza descritiva (ANDRADE, 2010), dado que o conhecimento acerca do tema Licitações Sustentáveis na Agência Nacional de Saúde Suplementar é analisado conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 1, de 2010, a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Empregou-se nesta pesquisa uma abordagem quantitativa, visto que se pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações indutivas (RICHARDSON, 1999).

Quanto à técnica de coleta de dados, optou-se pelo questionário. Esse instrumento permite alcançar um maior número de pessoas, além de permitir a padronização de questões, possibilitando uma interpretação mais uniforme dos

participantes, o que facilita a compilação e comparação das respostas (LAKATOS; MARCONI, 2010).

3.2 Descrição geral do objeto ou fenômeno de pesquisa

O objeto de pesquisa será a prática da licitação sustentável realizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O tema sustentabilidade se tornou realidade nas contratações e aquisições públicas após o advento da Lei n. 12.349, de 2010, que alterou a lei das licitações e contratos, Lei n. 8.666, de 1993. Essa Lei traz uma reflexão acerca do desenvolvimento sustentável, onde a licitação passa a ter mais uma finalidade: além de escolher a proposta mais vantajosa para a Administração e garantir a isonomia entre os licitantes, deve observar o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a realização de licitações sustentáveis exige que o administrador público saiba ponderar a aplicabilidade do princípio da isonomia, que orienta os procedimentos licitatórios, além de direcionar a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável e superar os obstáculos jurídicos (BIM, 2011).

3.3 Participantes do estudo

Os participantes do estudo são servidores da ANS integrantes das equipes que elaboram as especificações técnicas do objeto das licitações, constantes do termo de referência, como também servidores responsáveis pela elaboração dos editais de licitação.

A importância do termo de referência para o processo licitatório se baseia no art. 8º do Decreto n. 3.555, de 2000, o qual cita que na fase preparatória do pregão, a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no **termo de referência**.

Ademais, o art. 3º do Decreto 7.746, de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei n. 8.666, de 1993, reza que os critérios e práticas de sustentabilidade serão

veiculados como **especificação técnica do objeto** ou como obrigação da contratada, ambos parte do termo de referência. Portanto, o termo de referência é o documento onde serão incluídas todas as necessidades do objeto, inclusive os critérios socioambientais exigidos.

Segundo TCU (2006), o pregoeiro é o servidor encarregado de conduzir o pregão, desde a análise das propostas, condução dos procedimentos relativos aos lances, análise dos recursos e indicação do vencedor do certame. Entretanto, na ANS, os pregoeiros são responsáveis também pela elaboração dos editais. A equipe é composta por servidores designados especialmente para desempenhar essa função.

Desse modo, os participantes da pesquisa escolhidos foram tanto analistas e técnicos administrativos lotados nas unidades administrativas descentralizadas da ANS, os Núcleos e os CADs – responsáveis pela elaboração dos TRs, quanto pregoeiros, lotados na Gerência de Contratos e Licitações, na sede da Agência. Identificou-se, portanto, 34 pessoas, as quais receberam o questionário por meio eletrônico, e 13 responderam a pesquisa. Houve servidores que receberam o questionário e retornaram informando que não participaria da pesquisa, pois, apesar de ocupar o cargo de analista ou técnico administrativo, não trabalhavam com questões relacionadas a compras da sua unidade de lotação.

3.4 Procedimento de coleta dos dados

O instrumento de coleta de dados escolhido foi o questionário, que, de acordo com Gil (2002), é utilizado para interagir e coletar dados no campo por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que se deseja investigar.

Na primeira parte, elaborou-se quatro questões objetivando conhecer os respondentes para melhor analisar os resultados, questionando-se a respeito de sua função dentro da instituição, formação acadêmica, unidade onde trabalha e conhecimento prévio acerca do assunto.

Na segunda parte, busca-se verificar a utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios da ANS por meio de cinco questões sobre licitações, análise de critérios sustentáveis e características de bens sustentáveis.

Na terceira parte, verifica-se a possibilidade da implantação das Licitações Sustentáveis na Agência, por meio de uma questão, verificando a opinião dos respondentes sobre essa possibilidade de implantação na instituição.

Na quarta parte, busca-se detectar as possíveis dificuldades para a implantação das Licitações Sustentáveis por meio de uma questão, solicitando-se que o respondente selecione uma ou mais alternativas de acordo com as situações encontradas.

Por meio de análise de 80 editais dos certames realizados nos últimos dois anos, publicados no sítio da ANS, busca-se analisar o processo licitatório da ANS em relação à modalidade mais utilizada, a utilização do critério de priorização empresas locais e também quais bens ou serviços são mais licitados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os resultados do desenvolvimento da pesquisa e as análises relacionadas ao conhecimento das Licitações Sustentáveis no processo licitatório da ANS.

4.1 Perfil dos participantes

De acordo com o Gráfico 1, nota-se quais as unidades administrativas onde estão lotados os participantes.

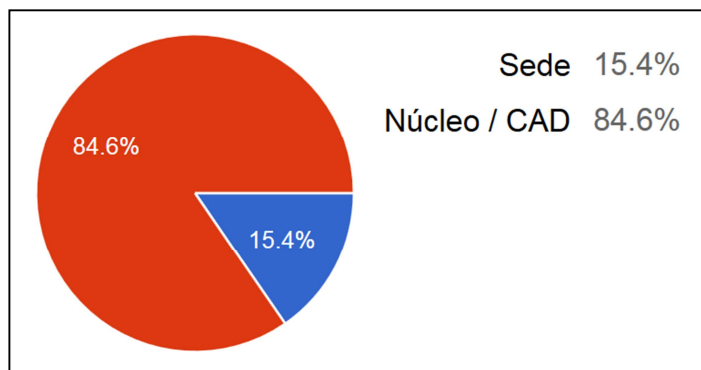


GRÁFICO 1 – Unidade de lotação dos participantes.

Observa-se, pelos dados, que os respondentes se encontram em sua maioria, mais de 84%, nas unidades administrativas descentralizadas da ANS, os Núcleos e os CAD – Coordenadorias de Administração Descentralizada, o que é relevante para a pesquisa, visto que são nesses locais onde se encontram o perfil das pessoas responsáveis pela elaboração dos termos de referência, documento onde devem ser especificadas todas as características do objeto a ser contratado, inclusive os critérios de sustentabilidade, como se constata na análise do Gráfico 2 a seguir.

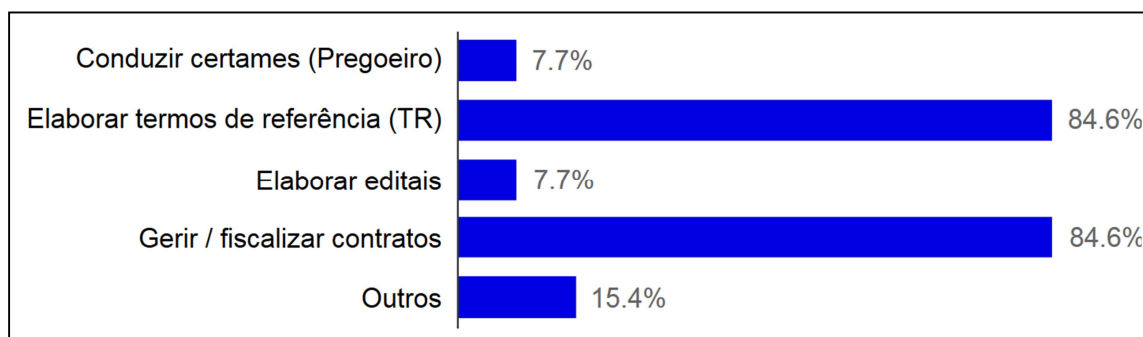


GRÁFICO 2 – Funções mais frequentes dos participantes.

De acordo com o Gráfico 2 nota-se quais foram as funções mais frequentes dos respondentes: responsáveis pela elaboração de termos de referência e gestão de contratos, atividades preponderantes dos servidores dos Núcleos e CAD, totalizando mais de 84% dos respondentes. Do total de participantes, 7,7% são responsáveis por conduzir certames e elaborar editais, atividades atribuídas aos pregoeiros lotados na sede da Agência.

A partir da análise dos dados coletados, pode-se observar que, do total de participantes, 61,5% possuem Pós-graduação e 38,5% possuem Ensino Superior, como apresentado no Gráfico 3.

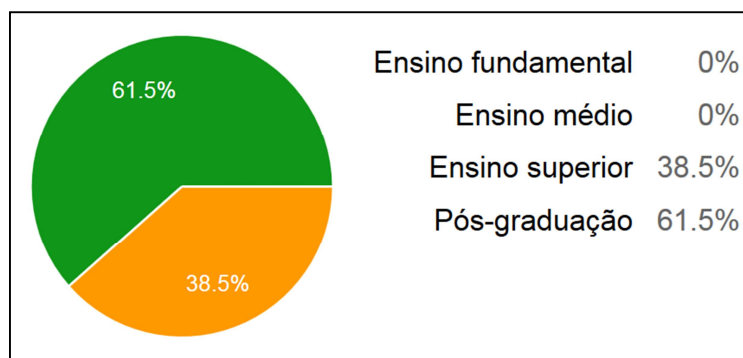


GRÁFICO 3 – Grau de escolaridade dos participantes.

Apesar do foco do estudo ser sobre Licitações Sustentáveis, entende-se relevante identificar o nível de formação dos respondentes para melhor análise dos resultados.

Constata-se que a maioria dos respondentes possui nível de pós-graduação, o que sugere que os profissionais têm conhecimento técnico para desempenhar as funções dentro das instituições, porquanto o ensino superior fornece uma formação genérica da profissão e a pós-graduação torna o profissional especialista.

A partir do Gráfico 4, nota-se que mais de 90% dos respondentes não realizaram treinamento acerca do tema Licitações Sustentáveis. Apesar de ser recomendável pela literatura, a realização de um programa de treinamento aos servidores sobre os benefícios das Licitações Sustentáveis, não só o capacita para realizar compras públicas conscientes em termos ecológicos, mas também, traz para discussão temas relevantes, tais como: o consumo de energia elétrica, consumo adequado de água e redução da produção de dejetos. Desse modo, a instituição está produzindo um benefício triplo, pois ao mesmo tempo em que ela se beneficia com a redução de custos, esses servidores, quando se voltarem para a sua vida pessoal, também irão utilizar esse treinamento, dando início a uma propagação da conscientização sócio ambiental e por fim beneficiando o meio ambiente (ARAÚJO, 2014).

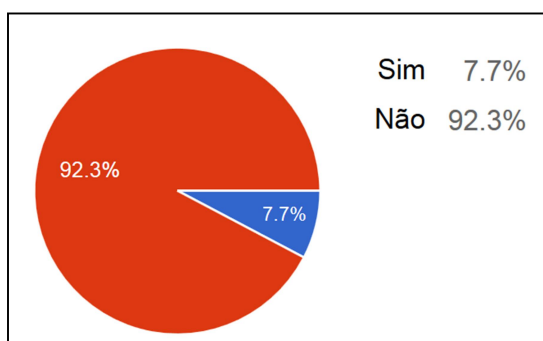


GRÁFICO 4 – Participação em treinamento sobre licitações sustentáveis.

4.2 O processo licitatório na ANS

A utilização do pregão eletrônico torna os bens sustentáveis mais competitivos, pois a realização do processo licitatório, utilizando o pregão eletrônico, ocorre por meio da internet. Além disso, possibilita a participação de empresas do país todo, de forma mais ágil, evitando também custos para as empresas participantes (deslocamento de representantes, diárias, etc.), outro benefício é a não emissão de gases do efeito estufa, que seriam gerados por tal deslocamento e pelos procedimentos a serem adotados.

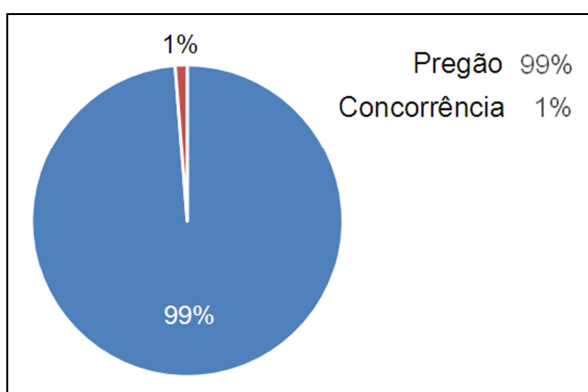


GRÁFICO 5 – Modalidades de licitação utilizadas pela ANS.

Segundo o art. 4º do Decreto n. 5.450, de 2005, nas licitações para aquisições de bens e serviços comuns será preferencial a utilização de pregão eletrônico, salvo nos casos de comprovada inviabilidade.

O Gráfico 5, destaca coerência com o referido Decreto, visto que a ANS adota o pregão eletrônico. Outra variável observada refere-se ao tipo de licitação mais utilizada, que conforme a Lei n. 8.666, de 1993, são quatro: menor preço, melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta. Os tipos de licitação melhor técnica ou técnica e preço são utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, e o de maior lance ou oferta é utilizado nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

A partir dos editais analisados constatou-se que 99% utilizam o critério de menor preço para julgar as propostas dos pregões eletrônicos, e 1% do tipo melhor técnica, utilizada na modalidade concorrência.

Após apresentado os aspectos referentes às formas e modalidades de licitação, buscou-se explorar a priorização das empresas locais nos processos de

licitação que, conforme os dados obtidos, 100% dos editais não expuseram cláusula expressa de prioridade para empresas locais.

Ao tratar de sustentabilidade, deve-se considerar que os arranjos locais são responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social da região e que, portanto, pensar em sustentabilidade significa pensar no aspecto macro, ou seja, na sustentabilidade global, a partir dos aspectos micros, isto é, a partir das ações e do desenvolvimento sustentável local e regional.

Cabe ressaltar que a Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010 destaca que deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação de obras públicas.

Outra legislação que trata sobre este assunto é o Decreto n. 6.204, de 2007, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal, objetivando, dentre outros, a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Nesse quesito, observa-se no Gráfico 6 que os 29% dos editais que priorizam as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), certamente o fizeram pela exigência legal em razão do preço global estimado do objeto.

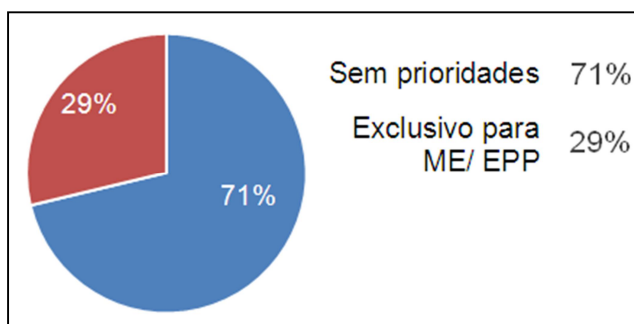


GRÁFICO 6 – Prioridades para empresas licitantes.

Além disso, outro aspecto analisado nos editais foi uma abordagem sobre quais os bens ou serviços foram licitados nos últimos dois anos, categorizando o objeto de cada certame, conforme apresentado no Gráfico 7.

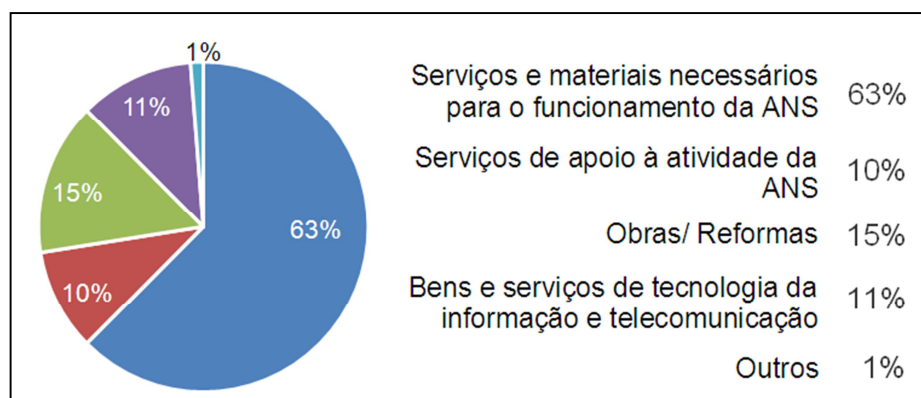


GRÁFICO 7 – Bens e serviços mais licitados na ANS.

Os dados comprovam que a maior parte dos serviços e materiais licitados, que compreendem 63% das aquisições, são os necessários para o funcionamento da ANS, tais como: materiais de limpeza, materiais administrativos, serviços de vigilância, copeiragem, telefonia, manutenção de ar condicionado, entre outros.

A informação de que as obras e reformas compreendem 15% dos itens licitados nos últimos dois anos evidencia a preocupação da Agência com as instalações prediais da Entidade, a fim de promover melhores condições de trabalho aos servidores e também melhores condições de atendimento aos beneficiários que procuram os Núcleos para atendimento presencial.

Os serviços de apoio às atividades da ANS, 10% das licitações, compreendem contratação de empresa para prover apoio administrativo, organização de eventos e consultorias especializadas.

Outro ponto a destacar são as aquisições ou contratações realizadas de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC. Elas compreendem 11% dos certames realizados no período, isso demonstra o empenho da ANS em, não só prover equipamentos adequados para que os servidores possam desempenhar suas atividades, mas também oferece serviços importantes para melhorar a eficiência do atendimento aos beneficiários de planos de saúde no país.

4.3 Utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios

Como Licitações Sustentáveis não são uma nova modalidade de licitação, e sim uma maneira de adquirir bens e serviços de forma sustentável, verificou-se a necessidade de avaliar esse tema. Nessa questão, indagou-se os respondentes acerca da realização de análise de critérios sustentáveis ao especificar bens e serviços frequentemente licitados. Como pode ser observado no Gráfico 8, chegou-se ao resultado de que quase 70% dos respondentes não utilizam quaisquer critérios de sustentabilidade em seus termos de referência, contra cerca de 30% que afirmaram os utilizar.

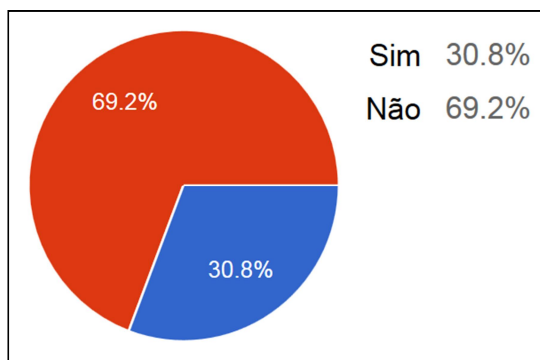


GRÁFICO 8 – Utilização critérios sustentáveis para cada objeto licitado.

Os que responderam que não utilizam critérios sustentáveis na aquisição de bens informaram não ter conhecimento ou treinamento adequados sobre o assunto ou têm dificuldades de justificar o preço mais elevado dos produtos sustentáveis em relação ao similar menos sustentável às autoridades superiores que aprovam o procedimento licitatório, a exemplo de copos descartáveis de papel. Por outro lado, os que responderam que utilizam critérios sustentáveis em suas aquisições informaram que aplicam apenas o que é previsto em lei.

Vale ressaltar que esse percentual de utilização de critérios sustentáveis nas compras públicas na ANS ainda é muito baixo comparado com as consequências ambientais que podem ocorrer caso ele não aumente nos próximos anos, a despeito das iniciativas da Agência na promoção de programas de conscientização à sustentabilidade.

No caso de materiais necessários para o funcionamento da Agência, pode-se citar como exemplo a utilização de copos plásticos. Esse item possui a vantagem de não necessitar de limpeza, entretanto, aumenta a geração de resíduos sólidos.

Sendo um material que existe há apenas um século, ainda não se sabe precisamente quanto tempo demora o processo de decomposição deste material, mas sabe-se que é superior a 100 anos (FABRO *et al.*, 2007).

De todo modo, os critérios podem estar relacionados com a pessoa do licitante – quando irão integrar os requisitos de habilitação; podem referir-se às especificações do bem ou serviço – serão, portanto, requisitos de proposta; e, ainda, podem ser previstos como obrigações a serem cumpridas na fase contratual.

A forma que esta previsão será feita depende diretamente dos elementos de cada caso, porque os critérios devem ter pertinência com o objeto licitado, não podem frustrar o caráter competitivo da licitação e nem onerar excessivamente o valor da contratação. Por isso, segundo Freitas (2011), é indispensável a análise do mercado no qual se insere o objeto a ser licitado.

É claro que certos materiais que não atendem determinados critérios ambientais podem ser encontrados no mercado por um preço inferior àqueles que atendem. Porém, a Administração não pode considerar apenas o preço no momento de eleger a solução. Freitas (2011) afirma que a licitação possui aspectos que devem nortear o planejamento do gestor na definição do objeto. Deve ser escolhida a solução que representa a melhor relação custo-benefício e não aquela que retratar o menor custo.

Diante disso, questionou-se então o conhecimento dos respondentes a respeito das características mais relevantes que um bem sustentável deve ter.

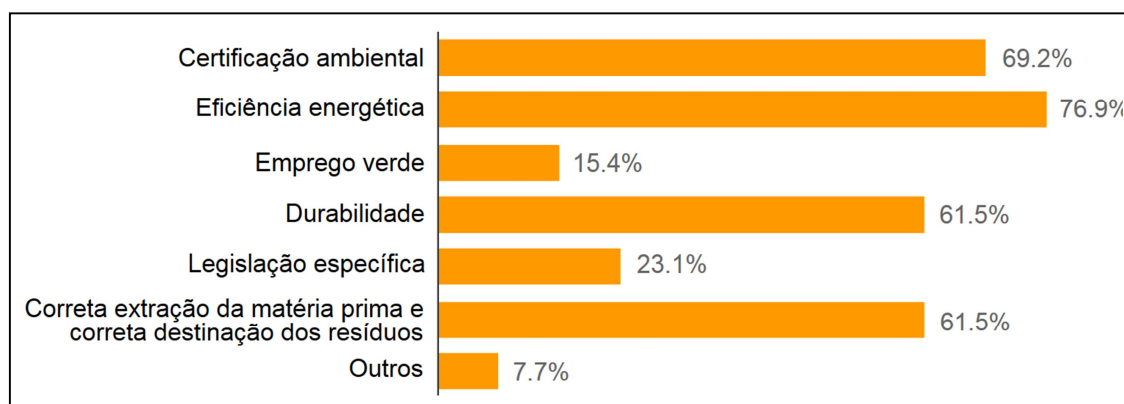


GRÁFICO 9 – Características relevantes de bens sustentáveis.

Os dados demonstram que os servidores possuem conhecimento do que vem a ser características sustentáveis, já que 69% selecionaram a opção

certificação ambiental e 61,5% a correta extração da matéria-prima e correta destinação dos resíduos.

As características inseridas na questão foram elaboradas de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 1/2010, sobre bens e serviços. Duas que não estão previstas na IN 1/2010, mas que no entendimento sobre Licitações Sustentáveis também são características de bens sustentáveis, também foram incluídas. São elas: durabilidade e emprego verde.

Um bem que possui alta durabilidade terá um descarte desacelerado, inferior a sua vida útil, consequentemente contribuirá para a redução de resíduos sólidos. Já os empregos verdes, segundo um guia produzido pela OIT (2009), são aqueles que reduzem o impacto ambiental de empresas e de setores econômicos para níveis sustentáveis. O guia define empregos verdes como trabalhos que contribuem para a preservação ou restauração ambiental.

Portanto, o emprego verde insere-se como característica, já que as empresas que reduzem os impactos ambientais e promovem a preservação ambiental contribuem também com as características de bens e serviços sustentáveis, visto que ela contribui com o efeito da característica onde as empresas realizam a separação dos resíduos recicláveis e destinam corretamente os resíduos.

A durabilidade, como já foi dito, contribui também para a redução dos resíduos sólidos, já que um produto que possui maior durabilidade tem um ciclo de vida maior, o que evita desperdícios e reduz o consumo por novos produtos pelos consumidores.

4.4 Possibilidade de implantação

Identificada a utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios na ANS, verificou-se, na opinião dos respondentes, qual a possibilidade da implantação das licitações sustentáveis na sua unidade.

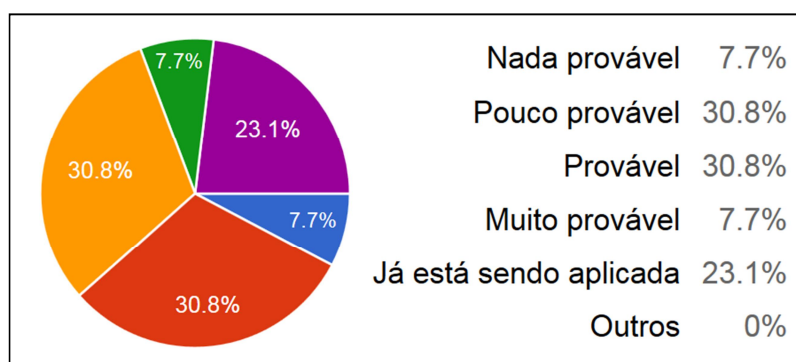


GRÁFICO 10 – Considerações de inclusão da Licitação Sustentável na ANS.

Conforme o Gráfico 10, constata-se que 46,2% consideram ser provável, muito provável ou já estarem aplicando a Licitação Sustentável em suas unidades. Em contrapartida, 38,5% julgam ser nada provável ou pouco provável a sua implantação, o que mostra que há unidades mais avançadas em relação à aplicabilidade das licitações sustentáveis em suas aquisições e outras que precisam se dedicar mais para se desenvolver no tema. Isso indica fragilidade na institucionalização dos projetos sobre sustentabilidade ambiental promovidos pela sede da ANS em Programa de Sustentabilidade Ambiental, o TRANSforme-se.

4.5 Dificuldades de implantação

Questionou-se, então, sobre quais as dificuldades que esses servidores estão encontrando ou encontrarão na implementação das licitações sustentáveis.

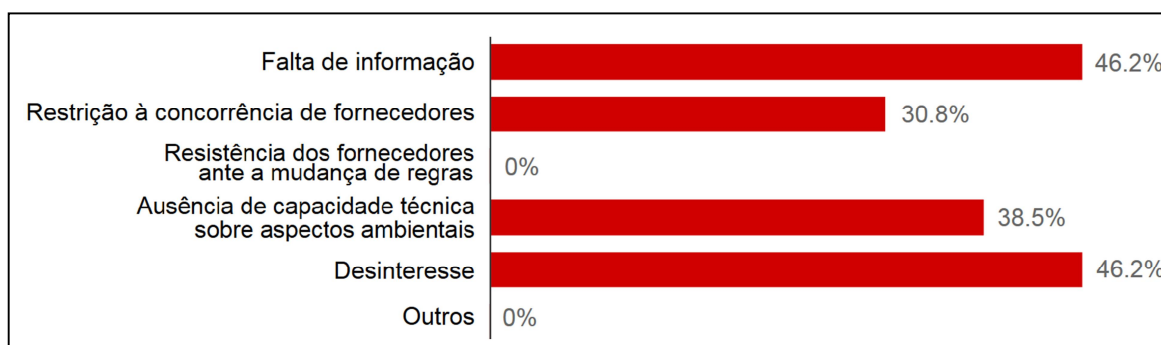


GRÁFICO 11 – Maiores dificuldades para implementar Licitação Sustentável.

O Gráfico 11 ilustra que a maior dificuldade são a falta de informação e o desinteresse, 92,4% dos respondentes.

Sugere-se sanar a falta de informação por meio do aumento da divulgação, compartilhamento das legislações dentro da Agência e entre os funcionários, capacitação dos mesmos com cursos e encartes didáticos, de fácil entendimento e objetivos.

O desinteresse dos servidores, por outro lado, sugere ser observado com mais critério pela ANS, visto que, praticar as licitações sustentáveis pelas autarquias federais é uma obrigação legal e não uma mera faculdade administrativa. Visto isso, a ANS deve valer-se de uma iniciativa conjunta entre a sede e seus Núcleos no sentido de demonstrar aos servidores envolvidos no processo licitatório quais os benefícios de participar e divulgar as licitações públicas sustentáveis em suas unidades, tais como: melhoria da imagem política da instituição, melhoria da eficiência, alcance de níveis mais elevados de sustentabilidade com o mesmo capital, melhoria da qualidade de vida da comunidade local, aumento da conscientização sobre temas ambientais pela comunidade local, desenvolvimento local, dentre outros (LOPES; OLIVEIRA, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação ambiental estimulou o setor público a procurar novos critérios de aquisições de bens e serviços para o melhor atendimento de suas necessidades. Nesse contexto, ações previstas na legislação brasileira devem ser adotadas pelo setor estatal, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento socioambiental do país.

O objetivo proposto para esta pesquisa foi atingido no momento em que se analisou os dados coletados do questionário, apresentou-se os conceitos e as normas regulamentadoras. Observou-se, também, uma crescente aplicabilidade das Licitações Sustentáveis na ANS, conforme análises apresentadas no Capítulo 4.

Em relação às dificuldades para a implementação das Licitações Sustentáveis na Agência, nota-se que os principais obstáculos encontrados são a falta de informação difundida entre os servidores e o desinteresse. Contudo, é imprescindível para a Instituição a utilização de todo o conhecimento e motivação dos servidores para se capacitar e trocar informações entre si, haja vista a relevância do tema e a exigência legal imposta.

No que tange a aplicação de critérios sustentáveis, a maioria dos respondentes afirmaram não utilizá-los. Por outro lado, aqueles que afirmaram utilizá-los dizem aplicar apenas as exigências previstas em lei. Ressalta-se, entretanto, que o conceito de Licitações Sustentáveis não é somente utilizar critérios sustentáveis nas licitações, mas, além disso, devem-se considerar consequências ambientais e o benefício à sociedade (SANTOS; BARKI, 2013).

A pesquisa apresentou ainda dados com relação à análise dos editais de licitação realizados nos últimos dois anos. Observou-se, a partir desses documentos, que em nenhum deles foram encontrados critérios que priorizassem empresas locais nas licitações. Verificou-se, ainda, apenas a preferência legal de exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) no certame, cujo preço global estimado esteja abaixo do mínimo atribuído para se abrir a concorrência para as outras empresas. Esse dado reafirma a necessidade da divulgação das legislações atualizadas para os servidores que trabalham diariamente com o processo licitatório e a necessidade de capacitação continuada de tais servidores, para que a aplicabilidade normativa do assunto cresça em todas as unidades administrativas da Agência, em especial nas unidades descentralizadas – Núcleos e CAD.

Em relação à modalidade de licitação mais utilizada na Agência constatou-se a utilização do pregão eletrônico. Essa modalidade, pelo fato de acontecer por meio virtual, acarreta vários benefícios socioambientais, como, por exemplo, a redução na taxa de gás carbônico liberada pelos automóveis, já que os licitantes podem participar dos processos sem a necessidade de locomoção.

As conclusões mencionadas afirmam que o conhecimento das Licitações Sustentáveis na ANS é crescente, apesar de algumas unidades administrativas se mostrarem mais avançadas que outras.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância dos resultados alcançados pela Agência nos projetos de sustentabilidade ambiental promovidos pelo Programa de Sustentabilidade Ambiental, TrANSforme-se, e o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS. Entretanto o alcance dessas ações deve ser ajustado no sentido de uniformizar o conhecimento em toda a extensão no âmbito da Agência, focando, inclusive, as unidades administrativas da ANS que se encontram fora da sede, isto é, os Núcleos e os CAD.

Tais resultados devem ser entendidos como o primeiro passo para uma expansão e difusão maior do assunto na Instituição, vendo que, quando essa aplicabilidade das Licitações Sustentáveis tornar-se plena, ter-se-á um aumento no número de empresas privadas, produzindo e fornecendo itens com qualidade socioambiental em nosso país.

Espera-se que a Agência desenvolva projetos voltados para a capacitação dos servidores, principalmente aqueles envolvidos no processo licitatório, a fim de aumentar as ações sustentáveis em suas práticas. Contribuindo, assim, para a difusão da consciência ecológica não só no âmbito da Administração Pública, mas também na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23 ed. Método, 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Fabrício de Queiroz. Curso de Capacitação – Licitações e Compras Sustentáveis. IDEMP. Rio de Janeiro, 2014.

BARBIERI, J.C.; VASCONCELOS, I.F.G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F.C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. In: Revista de Administração de Empresas, v. 50, n. 2, p. 2-5, 2010.

_____. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIDERMAN, Rachel; DE MACEDO, Laura Silvia Valente; MONZONI, Mario; MAZON, Rubens. Guia de Compras Públicas Sustentáveis - Uso do poder compra do governo para promoção do desenvolvimento sustentável, 2012.

BIM, Eduardo Fortunato. Considerações sobre a juridicidade e os limites da licitação sustentável. In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). Licitações e contratações públicas sustentáveis. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BITTENCOURT, Sidney. Licitações públicas para concursos. Elsevier, 2012.
CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Joanesburgo, 2002. Disponível

em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>>. Acesso em: out./2015.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS. Contratações Públicas Sustentáveis. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br>>. Acesso em: ago./2015.

FABRO, Adriano Todorovic; LINDEMANN, Christian; VIEIRA, Saon Crispim. Utilização de sacolas plásticas em supermercados. Revista Ciências do Ambiente On-line, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/nova/index.php/be310/article/view/70/46>>. Acesso em: out./2015.

FREITAS, Cristiano Mansur. Sustentabilidade ambiental nas licitações públicas como requisito de habilitação. In: Revista Zênite de Licitações e Contratações, n. 207, 2011.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração, In: Revista de Economia Política. v. 24 n. 4 (96) p. 483-486, out.-dez./2004.

GARCIA, Flávio Amaral; RIBEIRO, Leonardo Coelho. Licitações públicas sustentáveis. In: RDA-Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 260, p. 231-254, ago./2012.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEGENBERG, J. T.; MUNIZ S. T. G. Compras Públicas Sustentáveis. In: Congresso Internacional de Administração. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Marcos Nascimento; OLIVEIRA, Verena Couto Ferraz de. Compras Públicas Sustentáveis. In: V Congresso CONSAD de Gestão Pública. Paineis 18/065, Brasília, 2012.

Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa empregos verdes: OIT. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/green_job/pub/programa_empregos_verdes_258.pdf>. Acesso em: 2 out. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). Licitações e contratações públicas sustentáveis. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

SANTOS, Rogerio Santanna dos; FORESTI, Loreni Fracasso; NETO, Ana Maria Vieira dos Santos; Guia de compras públicas sustentáveis para administração federal. MPOG/AICLEI. Brasília, 2010.

TCU, Tribunal de Contas da União. Licitações e Contratos, Orientações

Básicas. 3ª edição. Brasília, 2006.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ZÊNITE, Consultoria. As Inovações Promovidas pela Lei n. 12.349/2010. Web consultoria, 2015.

APÊNCIDE A - QUESTIONÁRIO



compras públicas
sustentáveis

faça acontecer !

Compras Públicas Sustentáveis na ANS

Prezado(a) colega,

O meu nome é Luciano Muniz, ocupo o cargo de Analista Administrativo no Núcleo da ANS em Ribeirão Preto/SP e sou aluno do Curso de Bacharel em Administração Pública na Universidade de Brasília (UnB).

Estou realizando uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso que tem o objetivo de analisar a questão das Compras Públicas Sustentáveis no âmbito da ANS, por meio de uma análise sobre o uso de técnicas utilizadas na licitação levando em conta critérios socioambientais.

Assim, apresento a seguir algumas perguntas acerca desse assunto, que levará menos de 5 minutos para respondê-las. Peço a sua colaboração na elaboração das respostas, já que os resultados irão contribuir para o aumento de conhecimento sobre o assunto à comunidade acadêmica em geral.

Ressalto que a identidade daqueles que responderam o questionário será preservada.

Resultados de estudos recentes mostram que o poder de compra do Governo brasileiro representa aproximadamente 10% do PIB. Como um dos maiores consumidores do país, a Administração Pública deve ser a principal responsável por conscientizar seus servidores, parceiros, empresas e a população a realizar compras sustentáveis.

Nesse contexto a Agência Nacional de Saúde Suplementar, como instituição pública, também deve fazer a sua parte utilizando critérios sustentáveis para aprimorar a forma de como está adquirindo bens, serviços e obras.

Desde já agradeço a colaboração.

Luciano Muniz Oliveira

***Obrigatório**

1) Em qual unidade da ANS você trabalha? *

- ☐ Sede
- ☐ Núcleo / CAD

2) Quais atividades você desempenha na ANS, afetas ao tema Licitações e Contratos? *

- ☐ Conduzir certames (Pregoeiro)
- ☐ Elaborar termos de referência (TR)
- ☐ Elaborar editais
- ☐ Gerir / fiscalizar contratos
- ☐ Outro:

3) Qual o seu grau de escolaridade? *

- ☐ Ensino fundamental
- ☐ Ensino médio
- ☐ Ensino superior
- ☐ Pós-graduação

4) Você já realizou algum treinamento em relação às Compras Públicas Sustentáveis ou Licitações Sustentáveis? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

5) Levando em consideração os bens ou serviços mais licitados em sua unidade, tais como: serviços e materiais de consumo, obras e reformas, equipamentos de informática, etc., foi realizada uma análise de critérios sustentáveis aplicáveis para cada tipo de objeto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

5.1) Caso a resposta seja sim. Quais são esses critérios utilizados? Eles vão além do que é previsto em lei?

Responder apenas se selecionou Sim na questão 5.

5.2) Caso a resposta seja não. Justifique.

Responder apenas se selecionou Não na questão 5.

6) Em sua opinião, quais as características mais relevantes para caracterizar um bem ou serviço sustentável? *

- ☐ Certificação ambiental
- ☐ Eficiência energética
- ☐ Emprego verde
- ☐ Durabilidade
- ☐ Legislação específica
- ☐ Correta extração da matéria prima e correta destinação dos resíduos
- ☐ Outro:

7) Como você considera a inclusão da licitação sustentável na ANS? *

- ☐ Nada provável
- ☐ Pouco provável
- ☐ Provável
- ☐ Muito provável
- ☐ Já está sendo aplicada
- ☐ Outro:

8) Em sua opinião quais as maiores dificuldades a ANS enfrenta para implementar a licitação sustentável? *

- ☐ Falta de informação
- ☐ Restrição à concorrência de fornecedores
- ☐ Resistência dos fornecedores ante a mudança de regras
- ☐ Ausência de capacidade técnica sobre aspectos ambientais
- ☐ Desinteresse
- ☐ Outro:

9) A ANS possui alguma política administrativa, que você tenha conhecimento, voltada para a prática de Compras Públicas Sustentáveis? Quais?

Caso tenha algo a complementar sobre o assunto sinta-se a vontade para expor sua opinião.

Enviar

APÊNDICE B - EDITAIS ANALISADOS

NÚMERO	OBJETO
01/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicidade
32/2103	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de atenção à saúde do trabalhador
33/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel)
34/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação das áreas internas e esquadrias internas
35/2013	Aquisição de lixeiras via SRP para coleta seletiva
36/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel)
37/2013	Registro de Preços para eventual contratação de serviços de produção de impressos diversos com tiragens sob demanda
38/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços complementares de arquivologia e biblioteconomia
39/2013	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado
40/2013	Registro de preços de microcomputadores desktop e notebooks
41/2013	Aquisição de recursos de tecnologia da informação para ANS conforme condições e especificações constantes dos anexos deste edital
42/2013	Contratação de empresa para fornecimento com instalação, de persianas para compor as instalações da Agência Nacional de Saúde Suplementar, na cidade do Rio de Janeiro
43/2013	Fornecimento de cartuchos de fita magnética Ultrium padrão LTO-5, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
01/2014	Aquisição de Solução Integrada de Monitoramento, Análise e Gerenciamento do Ambiente de Tecnologia da Informação (TI) da ANS
02/2014	Registro de Preços para eventual contratação de serviços de produção de impressos diversos, com tiragens sob demanda
03/2014	Aquisição e instalação de central telefônica e de aparelhos telefônicos
04/2014	Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo janela
05/2014	Aquisição de mobiliário (mesas, cadeiras e gaveteiros) e fornecimento com instalação de painéis de divisórias e portas
06/2014	Aquisição e instalação de central telefônica e de aparelhos telefônicos
07/2014	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado
08/2014	Contratação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e equipamento para as instalações elétricas e luminotécnica, de lógica e telefonia, detectores de fumaça, sprinklers, forro, persianas, bem como mão-de-obra e execução civil, pintura e instalação de outros materiais destinados à adaptação das salas 201 a 206 e 210, localizadas no 2º pavimento do Edifício Times Square, situado na Av. Presidente Vargas, nº 2121, Ribeirão Preto/SP
09/2014	Aquisição de Microcomputadores Desktop
10/2014	Aquisição de equipamento para videoconferência (headset)
11/2014	Contratação de serviço telefônico fixo comutado/STFC (fixo-fixo e fixomóvel)
12/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção
13/2014	Contratação de serviços de limpeza e conservação das áreas internas e esquadrias internas
14/2014	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado
15/2014	Contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, nas instalações do Núcleo ANS Pernambuco, com fornecimento de mão de obra e equipamento
16/2014	Contratação de serviços de treinamento dos aplicativos Excel (níveis Básico, Avançado e Avançado com VBA), Word Avançado, Power Point, Access Avançado, Project Web Access, na versão 2010 e MS Project na versão 2013

17/2014	Contratação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado
18/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de todo material e equipamentos para as instalações elétricas, de lógica e telefonia, adequação de banheiro para portadores de necessidades especiais e instalação de piso elevado, além de outros materiais destinados à adaptação do nono pavimento do Edifício Rachid Saliba, localizado na Rua Bela Cintra, 986, Jardim Consolação, São Paulo/SP, destinado a abrigar as instalações do Núcleo da ANS naquela localidade
19/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de todo material e equipamentos para as instalações elétricas, de lógica e telefonia, adequação de banheiro para portadores de necessidades especiais e instalação de piso elevado, além de outros materiais destinados à adaptação do nono pavimento do Edifício Rachid Saliba, localizado na Rua Bela Cintra, 986, Jardim Consolação, São Paulo/SP, destinado a abrigar as instalações do Núcleo da ANS naquela localidade
20/2014	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, hidráulicas e de pequenos reparos referentes a estes serviços nas dependências da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
21/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços aéreos de remessa de encomendas e cargas fracionadas como: bens móveis em geral, materiais de expediente, material impresso para eventos (banners, folders, catálogos, etc.) e documentos, que sejam necessários transportar com rapidez, no sistema porta a porta, em âmbito nacional, com origem e destino de todas as localidades do Brasil, fornecimento de material, equipamentos e outros meios necessários à plena execução dos serviços, para atender a demanda da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
23/2014	Prestação de serviços de vigilância desarmada, nas instalações da ANS na cidade de São Paulo
24/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local e longa distancia nacional
25/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado
26/2014	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de natureza continuada de vigilância patrimonial desarmada, diurna, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego dos EPIs e equipamentos necessários, adequados à execução dos serviços a serem realizados
27/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado
28/2014	Contratação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais, das áreas e esquadrias internas das instalações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
29/2014	Contratação de serviços continuados de suporte especializado às Contratações Públicas e suas posteriores Gestões Contratuais, com mão de obra alocada, de nível superior, para auxílio à execução do planejamento de contratações, processos licitatórios e fiscalizações contratuais
30/2014	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado, suprimindo demanda do Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em Belo Horizonte/MG
31/2014	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de natureza continuada de vigilância patrimonial desarmada, diurna, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego dos EPIs e equipamentos necessários, adequados à execução dos serviços a serem realizados nas dependências do Núcleo ANS, na cidade de Fortaleza
32/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local e longa distancia nacional, a ser executado de forma contínua no Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar na Bahia
33/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos institucionais, corporativos e promocionais, de iniciativa própria ou a título de

	participação, envolvendo solenidades, seminários, encontros, conferências, oficinas, workshops, festivais, feiras, congressos e outros eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com o fornecimento de infraestrutura, apoio logístico e recursos humanos
35/2014	Registro de preços para aquisição de materiais de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
36/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de todo material e equipamentos para as instalações elétricas, de lógica e telefonia, adequação de banheiro para portadores de necessidades especiais e instalação de piso elevado, além de outros materiais destinados à adaptação das salas 901 a 903 e 1001 a 1012, localizadas nos 9º e 10º pavimentos do Edifício The Plaza Business, situado na Av. General Joaquim Inácio, 830, Ilha do Leite – Recife/PE, destinadas a abrigar as instalações do Núcleo da ANS Pernambuco
37/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e equipamentos para as instalações elétricas e luminotécnica, de lógica e telefonia, detectores de fumaça, sprinklers, persianas, ar condicionados, revestimento de piso elevado, bem como mão de obra e execução civil, pintura e instalação de outros materiais destinados à adaptação das salas 901 a 903 e 1001 a 1012, localizadas nos 9º e 10º pavimentos do Edifício The Plaza Business, situado na Av. General Joaquim Inácio, 830, Ilha do Leite - Recife/PE, destinadas a abrigar as instalações do Núcleo da ANS Pernambuco
38/2014	Contratação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado, instalados em imóvel locado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Estado do Ceará, cidade de Fortaleza
39/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Monitoramento de Clipping Eletrônico de matérias referentes à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), veiculadas em programas jornalísticos ou de variedades em canais de televisão e rádio
40/2014	Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial nas dependências do Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS na cidade de Salvador/BA
41/2014	Contratação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado, instalados em imóvel locado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Estado do Ceará, cidade de Fortaleza
42/2014	Aquisição de equipamentos de ar condicionado para atender à necessidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar em Pernambuco/Núcleo PE para climatização de sua nova sede
43/2014	Contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado, suprimindo demanda dos escritórios da ANS em Brasília/DF
01/2015	Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, nas dependências do Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar em Ribeirão Preto/SP
02/2015	Contratação de serviços de locação de veículos, incluindo motoristas, devidamente habilitados para o transporte de pessoas em serviços, com manutenção e peças
03/2015	Contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado, suprimindo demanda dos escritórios da ANS em Brasília/DF
04/2015	Limpeza e Conservação do Núcleo/RS
06/2015	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado, visando atender demanda da Agência Nacional de Saúde Suplementar no Núcleo/MT
07/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local, a ser executado de forma contínua no Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar em Curitiba - Paraná
08/2015	Aquisição de webcams de alta definição
09/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras (outsourcing) no total de 26 (vinte e seis) impressoras multifuncionais monocromáticas, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de

	impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos originais, exceto papel, para os núcleos da ANS
10/2015	Serviço de Locação de Veículos para a sede da ANS
11/2015	Aquisição de equipamentos de ar condicionado para atender à necessidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar em Pernambuco/Núcleo PE para climatização de sua nova sede
12/2015	Contratação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais, das áreas e esquadrias internas das instalações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS – localizadas na cidade de Cuiabá/MT
13/2015	Registro de preços para eventual aquisição de aparelhos telefônicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
14/2015	Proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos de ar condicionado para atender à necessidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar em Pernambuco/Núcleo PE para climatização de sua nova sede, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
15/2015	Telefonia LDN ANS/CE
16/2015	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados na função de Auxiliar de Serviços de Suporte e Líder de Turma, para atender às necessidades acessórias, materiais, instrumentais e complementares da Gerência-Geral de Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – GGSUS, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial – DIDES, e de setores afins, na Sede da ANS
17/2015	Vigilância para a ANS/DF
18/2015	Serviços de Copeiragem para a sede da ANS
19/2015	Serviços de limpeza e conservação das áreas e esquadrias internas das instalações
20/2015	Manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado para a ANS, Núcleo Belo Horizonte/MG
21/2015	Manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado para a ANS, Núcleo Ribeirão Preto/SP
22/2015	Manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de ar condicionado para a ANS, Núcleo Porto Alegre/RS
23/2015	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza, material de consumo e equipamentos para atender às necessidades das dependências da Sede da ANS
24/2015	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, nas funções de Secretária I (1 Posto) e Auxiliar de Serviços Operacionais (14 postos) para atendimento às necessidades materiais, acessórias, instrumentais e complementares aos assuntos que constituem área de competência dos setores da ANS em seu escritório na cidade de São Paulo
25/2015	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, suprimindo demanda do núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em Recife/PE
26/2015	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local, a ser executado de forma contínua no Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar em Curitiba/PR
27/2015	Contratação de serviços de apoio administrativo para a ANS localizada em Brasília/DF